



Para líder, eleição sempre se justifica

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique, manifestou-se ontem contra qualquer idéia de prorrogação de mandatos, ao comentar a iniciativa do deputado Francisco Amaral (PMDB-SP) de dar mais um ano aos prefeitos e vereadores, sob a justificativa de que o País não agüentará três anos sucessivos de eleições.

"A mim essa idéia não agrada porque o mandato deve ser exatamente aquele que o povo confere. E não aceito isso de o País não agüentar porque creio que a democracia se faz com eleições. Mas não sei se o PMDB aprovará o prorrogacionismo, já que acaba de ser apresentado", afirmou Luiz Henrique.

O líder enfatizou que mandato de prefeito deve ser de quatro anos porque é muito desgastante sob os aspectos pessoal, familiar, financeiro, físico e político. Disse também que é contra a reeleição porque, em virtude dos vícios brasileiros, fatalmente a máquina administrativa seria usada para a reeleição.

Ele aproveitou para condenar qualquer reeleição, até mesmo a de governadores e de presidente da República, e lembrou que, até num superdesenvolvido país como os Estados Unidos, a máquina funcionou na busca da reeleição, como mostrou o escândalo de Watergate.

IMORAL

"Indecente" e "imoral". Foram os qualificativos do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) para as articulações políticas atribuídas ao Palácio do Planalto visando à prorrogação dos mandatos de prefeitos e vereadores, sob a alegação de que o País, em crise, não suportaria despesas com eleições em três anos sucessivos.

O deputado lembrou que o mandato dos atuais prefeitos, salvo o das capitais, já é de seis anos, e considerou que oito anos constitui período excessivamente longo. Maurílio frisou que as instituições não podem ser expostas ao descrédito através de manobras prorrogacionistas. Disse ainda ter "dúvidas" a respeito do efetivo envolvimento de Sarney na questão e previu que, seja como for, ainda que a manobra prorrogacionista venha a ser formalizada, o Congresso a rejeitará.

Mandato, assunto que Ulysses tenta adiar

AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Constituinte, do PMDB e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, almoçou ontem com 11 peemedebistas, entre eles o líder Luiz Henrique, para conversar principalmente sobre o problema da convenção que definiria o mandato do presidente Sarney e o da estabilidade imediata no emprego, idéia aprovada pelos constituintes.

Luiz Henrique disse que os participantes do almoço preferem que a convenção só seja realizada depois de aparecerem os primeiros resultados dos planos econômicos do ministro Bresser Pereira e suas consequências. Discordam, portanto, da proposta do deputado Maurício Fruet (PMDB-PR) de definir o mandato do presidente Sarney em convenção convocada não pela cúpula do partido, mas por um terço do total de convencionais.

Sobre a estabilidade imediata no emprego, os 11 peemedebistas que almoçaram com Ulysses disseram a ele preferir uma legislação que iniba a demissão sem motivo e ainda a ampliação do seguro-desemprego. A "pronta estabilidade" não agrada a nenhum deles.

Além de Ulysses e de Luiz Henrique, participaram do almoço os deputados Genebaldo Correia, Fernando Coelho, Francisco Câmara, João Carlos Bacelar, Roberto Rollemberg, Domingos Juvenil, Raimundo Bezerra, Osmundo Rebouças e Heráclito Fortes e o senador Nelson Wedekin.

PFL, perto dos moderados

PORTO ALEGRE
AGÊNCIA ESTADO

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, previu ontem em Porto Alegre a possibilidade de maior aproximação entre o seu partido e os moderados do PMDB, diante da "identidade de posições", sobretudo a partir das votações nas comissões temáticas da Constituinte. Chiarelli admitiu até mesmo a hipótese de os peemedebistas moderados virem a se incorporar ao PFL. Uma consequência, no entender do senador gaúcho, se ficar constatado, ao longo do tempo, que os moderados passaram à minoria, e por isso deslocados dos grupos de esquerda, dentro do PMDB.

Chiarelli também declarou-se convencido de que as propostas de centro vão prevalecer na Assembléia Nacional Constituinte, lembrando que muitas posições de esquerda de pareceres dos relatores das subco-

Sem contar Maurício Fruet, há no PMDB outros que discordam da posição da cúpula. "Já que o partido não quer se reunir, nós vamos tentar sacudi-lo com o encontro das bases e com a convenção alternativa" — afirmou ontem em Curitiba o deputado Hélio Duque, para quem "a banda fisiológica serve para o pleno descrédito e desmoralização de uma legenda que um dia mobilizou este país para chegar à transição democrática".

Duque acredita que "ao chegar ao poder, em vez de crescer, o PMDB inchou, e isso foi fatal". "Temos hoje o PMDB zoológico: antes era avestruz, e agora resolveu ser peru, pois fica rodando no mesmo círculo e não decide nada." O deputado paranaense diz que em termos de legenda o partido "é uma piada", a ponto de não ver perspectivas de rompimento com o governo federal, embora o presidente Sarney tenha dado, em sua opinião, "o golpe de 18 de maio" quando afirmou que ficaria cinco anos na Presidência. Duque acha que o rompimento não ocorrerá porque "a banda fisiológica" é majoritária e não vai querer perder cargos na administração pública.

A propósito, o deputado lembrou de sua pesquisa que demonstrou serem apenas 136 os "autênticos" do PMDB, em 305 constituintes: "Os outros não têm ligação histórica com o partido, e podem militar em outras legendas, até no PJS (Partido de José Sarney), caso seja criado" — ironizou.

missões foram derrubadas pela força dos votos do PFL, dos moderados do PMDB e de setores de "direita". O parlamentar acredita no fim das radicalizações nos debates da Constituinte, "pois todos já viram que, desta forma, não chegamos a lugar nenhum".

PARLAMENTARISMO

O líder do PFL no Senado também reafirmou posição favorável ao prazo de cinco anos para os mandatos presidenciais, de acordo com o desejo do presidente José Sarney. Contudo, Carlos Chiarelli é contrário ao sistema presidencialista de governo defendido por Sarney. Sua proposta é de parlamentarismo para os futuros governos, com prazo de carência entre a decisão da Constituinte para tal sistema e o início de sua vigência, a fim de permitir que sejam adotadas medidas como, por exemplo, a "profissionalização da administração pública".